

**Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos**

**PARECER: 43/96**

**96.06.20**

**REQUERENTE:** António Paiva de Andrade

1. António Paiva de Andrade, com domicílio na Rua Antonio Ferreira de Freitas, 15, Boavista - Lavos, 3080 Figueira da Foz, pretende ter acesso ao relatório médico, incluindo fotocópia do registo de urgência e exames complementares, que o seu filho Miguel António Arcanjo de Andrade efectuou, entre 20 e 22 de Julho de 1995, altura em que faleceu, no Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Junta requerimentos dirigidos ao Hospital de Santa Maria em que considera injustificada a exigência reiterada pelo referido estabelecimento no sentido das informações de carácter médico terem de ser comunicadas por intermédio de um médico.

2. Os relatórios médicos são documentos nominativos por conterem informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada de Miguel António Arcanjo de Andrade, nos termos do artigo 4º/1/ b) e c) da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto. O acesso aos documentos nominativos está reservado à pessoa a quem os dados respeitem e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal (art. 7º/2 da Lei citada), mas as informações de carácter médico só são comunicados ao interessado por intermédio de um médico por si designado (art. 8º/2). A invocação do interesse directo e pessoal deve ser acompanhada de parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos solicitado pelo terceiro que pretenda exercer o direito de acesso (art. 8º/3).

3. O requerente pretende ter acesso aos relatórios médicos com vista a «esclarecer a contrariedade de informações» sobre os motivos que ocasionaram a morte do seu filho. O interesse do requerente é directo e pessoal, dada a possível projecção na sua esfera jurídica do esclarecimento dos factos relativos à morte do filho, sendo necessários para tanto os elementos constantes dos relatórios clínicos.

### **Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos**

4. Quanto à exigência de que as informações de carácter médico só devem ser comunicadas através de um médico designado pelo requerente, conforme previsto no artigo 8º/2 da Lei nº 65/93, tem em vista evitar choques eventuais decorrentes de certo tipo de revelações sobre o estado de saúde das pessoas. Como tem entendido esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, a mediação médica é necessária mesmo nos casos em que o interessado tem formação em medicina. O requerente tem toda a liberdade de escolha do médico por intermédio do qual lhe serão comunicadas as informações clínicas.

5. Nestes termos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos é de parecer que António Paiva de Andrade tem direito de acesso ao relatório médico existente no Hospital de Santa Maria relativo ao seu filho Miguel António Arcanjo Andrade, direito de acesso que deve ser exercido por intermédio de um médico por si designado e identificado no requerimento dirigido ao Hospital de Santa Maria.

Lisboa, 20 de Junho de 1996.

José Renato Gonçalves - Fernando Condesso - Hélio Corvelo de Freitas - Branca Pena do Amaral - Armindo José Girão Leitão Cardoso (Presidente) (Tem voto de conformidade do vogal Senhor Dr. João Labescat, que não assina por já não se encontrar presente).